

## A EDUCAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL - DO BACHAREL EM DIREITO AO “PARALEGAL” - UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE LEI Nº 5.479/2013 NO DIREITO BRASILEIRO

Guilherme Tomizawa<sup>1</sup>  
Renata Polichuk Marques<sup>2</sup>  
Jorge Leopoldo Teixeira de Freire<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem o fito de evidenciar como funciona o sistema regular do curso de Direito no Brasil desde o primeiro ano da faculdade até a sua formação como Bacharel em Direito. Tem o objetivo também de espousar algumas fundamentações proferidas pelos ministros do Supremo Tribunal Federal que entenderam por unanimidade sobre a constitucionalidade do Exame da Ordem dos Advogados no Brasil. E tem como mote principal discutir sobre o novel Projeto de Lei da Câmara nº 5.749/2013, proposto pelo deputado federal Sérgio Zveiter do PSD-RJ, que foi recém-aprovado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) em caráter terminativo, na Câmara dos Deputados, aguardando deliberação de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, para ser enviado ao Senado para votação, e por último, a sanção presidencial, a fim de se validar juridicamente a função do paralegal.

**Palavras-chave:** bacharel em direito, projeto de lei, paralegal.

### ABSTRACT

This article has the aim of showing how the regular system of law school in Brazil since the first year of college until his training as Bachelor of Laws. It aims also to espouse some foundations handed down by the Federal Supreme Court who understood unanimously on the constitutionality of the Order of Examination of Lawyers in Brazil. And its main discuss the novel of the House bill No. 5749/2013, proposed by Congressman Sergio Zveiter PSD-RJ, which was recently approved by the CCJ

---

<sup>1</sup> É advogado. Bacharel em administração pública e direito pela UTP – PR. Especialista em direito de família pela PUC – PR. Mestre em direito público pela UGF – RJ. Aluno regular do curso de doutorado em Direito Civil pela UBA. Professor adjunto na OPET-PR e diversas pós-graduações no Brasil. É membro e ex-vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico (IBDE).

<sup>2</sup> É Advogada. Professora Universitária. Mestre em Direito – UFPR. Aluna regular do curso de doutorado em Direito Constitucional – UBA. Especialista em Direito Processual Civil – IRFBB. Especialista em Direito Tributário – IBET. Membro Efetivo do Instituto Paranaense de Direito Processual – IPDP. Ex-Presidente da 3ª Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional da OAB/PR.

<sup>3</sup> É Graduado em Direito pelo UNESC-ES. Aluno regular do Doutorado em Direito Constitucional da Universidade de Buenos Aires e Universidade Nacional de Lomas de Zamora. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Escolar Superior de Advocacia da OAB-ES. Membro do IBDE - Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico. É advogado e professor universitário pela FACEC-ES e pós-graduações.

(Committee on Constitution and Justice) in a terminating character in the House of Deputies, awaiting appeal decision in the Presiding Officers of the House of Representatives, to be sent to the Senate for a vote, and finally, the presidential approval, in order to legally validate the role of paralegal.

**Key-words:** law school graduate, bill, paralegal.

## 1. INTRODUÇÃO

O Curso de Direito, com certeza é um dos cursos mais desejados e procurados pelos vestibulandos e estudantes secundaristas. Logicamente, os salários são muito atrativos e as áreas para prestar concursos públicos são inúmeras. Existem concursos que especificamente, exigem que o candidato seja bacharel em direito, ou seja, que tenha concluído, ao menos, todos os créditos de um Curso Regular de Direito. O problema ocorre quando o bacharel em direito, aqui no Brasil, que não for prestar concurso público para Delegado de Polícia, seja estadual ou federal, ou que não for presidir um Cartório, ou outra profissão que não exija a aprovação no Exame da OAB<sup>4</sup> fique sem um *status* profissional, ou melhor dizendo, num “purgatório” à espera de seu êxito no famigerado Exame, já que não poderá exercer a profissão de advogado enquanto não for aprovado na prova classificatória da OAB.

Por muitas vezes, o Exame da Ordem já fora objeto de discussão nos campos acadêmico, jurídico e político. Enxurradas de mandados de segurança tentaram garantir o exercício profissional do bacharel em direito que se forma e, que após 05 (cinco) anos de estudo deve ser aprovado numa prova objetiva que deverá ter no mínimo 50% (cinquenta por cento) de respostas corretas e ainda prestar uma prova prático-profissional<sup>5</sup> da área de sua escolha<sup>6</sup>, conhecida notoriamente por uma peça processual. A liberdade de ofício e o princípio da igualdade sempre foram pontos capitais nas discussões entravadas academicamente no âmbito constitucional, a qual entraria em rota de colisão com a Lei nº 8.906/94 (atual Estatuto da OAB), lei ordinária federal que regulamenta junto com o Regulamento Geral da OAB e o Código de Ética Profissional dos Advogados tal primorosa profissão. Embora, tais discussões tenham gerado a

---

<sup>4</sup> Ordem dos Advogados do Brasil.

<sup>5</sup> Que antigamente, desde a reimplantação do mesmo em 1994, só possuía 03 (três) áreas de escolha, quais sejam: Civil, Penal e Trabalhista. O exame da ordem foi originariamente criado em 1970.

<sup>6</sup> Além das 03 (três) tradicionais áreas (Civil, Penal, Trabalho), se ofertam, atualmente, na 2ª. Fase do Exame de Ordem Unificado, provas prático-profissionais nas áreas de Constitucional, Tributário, Administrativo e Empresarial também.

impetração do Recurso Extraordinário (RE 60353) por um acadêmico de uma Universidade gaúcha, que questionava a obrigatoriedade do exame, e levando em consideração que a excelsa Corte, reconheceu sua relevância de repercussão geral, sepultou qualquer esperança de se exercer a advocacia sem um Exame de Ordem.

Perceba-se que o art. 6º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (lei federal) determina que a independência do advogado demonstra a ausência de hierarquia entre estes, juízes, promotores e qualquer agente público – judicial ou extrajudicial, impondo ainda o dever mútuo de respeito e cordialidade. Assim, é evidente que tal profissão merece respeito e ampla fiscalização.

Todavia, o mote central desse ensaio acadêmico se insurge contra o Projeto de Lei da autoria do Deputado Federal Sérgio Zveiter do PSD-RJ, que foi aprovado no dia 06 de agosto de 2014, pela CCJ – Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados em caráter terminativo, sendo encaminhado para o Senado para discussão e logo após a sanção ou veto presidencial.

## **2. DO SISTEMA DE FORMAÇÃO DOS CURSOS DE DIREITO NO BRASIL E SUA EQUIPARAÇÃO À OUTRAS FORMAÇÕES PROFISSIONAIS**

O Curso de Direito no Brasil, que dependendo da IES (Instituição de Ensino Superior) pode ser anual como semestral, é dividido em 05 (cinco) anos. Matérias propedêuticas no primeiro ano, ou primeiros períodos, tais como Sociologia, Filosofia, Ética e Deontologia Jurídica, Economia, Ciência Política, Teoria Geral do Estado, Introdução ao Estudo do Direito, Metodologia Científica, História do Direito (outrora chamada de Direito Romano), Hermenêutica, dependendo muito da grade curricular de cada faculdade, aprovada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). E a partir do segundo semestre ou primeiro ano, se dá início às disciplinas dogmáticas (tais como Direito Civil, Penal, Constitucional, etc.). Ao chegar no 9º período, a OAB aprovou uma resolução<sup>7</sup> que o acadêmico, quintanista de direito, já poderia realizar o exame da ordem. Todavia, deveria também, obrigatoriamente, concluir os créditos finais, realizar

---

<sup>7</sup> “Art. 7º O Exame de Ordem é prestado por bacharel em Direito, ainda que pendente sua colação de grau, formado em instituição regularmente credenciada.

(...)

§ 3º **Poderão prestar o Exame de Ordem os estudantes de Direito dos últimos dois semestres ou do último ano do curso.** (NR. Ver Provimento n. 156/2013)”. In Provimento nº 144/2011 e Provimento nº 156/2013. (nosso grifo)

o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), realizar o Estágio Supervisionado e as Atividades Complementares, para aí sim, estar habilitado para prestar compromisso ou realizar a colação de grau para advogado, na forma da lei.

Mas a ponderação que se faz ao exame da ordem, resulta justamente nesse aspecto. Com exceção do profissional de Contabilidade no Brasil que também faz uma prova teórica-prática profissional para se habilitar como Contador, onde o bacharel em Odontologia, Medicina, Engenharia Civil, Administração de Empresas ou Farmácia, já poderiam, respectivamente, atuarem como dentistas, médicos, engenheiros civis, administradores de empresas ou farmacêuticos. Se é imputado à responsabilidade, inclusive constitucional, segundo o artigo 133<sup>8</sup> da Constituição Federal de 1988, à profissão do advogado, porque os médicos, engenheiros civis e administradores de empresa, que lidam com vidas, patrimônios e bens públicos ou privados, não possuem a mesma necessidade de realizarem nenhuma espécie de prova teórica ou teórico-profissional, para em tese, verificar a capacitação dos mesmos? Porque não se equiparam os exames a todos os Conselhos regulamentados por curso superior no país? De fato, é a sociedade que será a “prova prática” para esses profissionais recém-formados. O princípio isonômico<sup>9</sup>, nesse caso, é mortalmente ferido pois, somente aos advogados e contadores no Brasil são submetidos às provas confeccionados pelos seus respectivos Conselhos<sup>10</sup>. Aqui, frisa-se que se é totalmente favorável ao Exame de Ordem Unificado, haja vista que se deve selecionar, ao menos, teoricamente e tecnicamente, profissionais hábeis e capazes de defender os interesses da sociedade. Só deve-se analisar se uma possível “equiparação de exames de classes ou categorias profissionais” não seria salutar aos mesmos concidadãos que anseiam e dependem de profissionais competentes cada qual em sua área de atuação. Ver-se-á logo a frente a discussão travada pelos Ministros no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a Constitucionalidade dessa prova teórico-prático profissional, empregada pela Ordem dos Advogados do Brasil.

---

<sup>8</sup> Artigo 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

<sup>9</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

<sup>10</sup> OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

### 3. DAS RAZÕES DE CONSTITUCIONALIDADE DO EXAME DE ORDEM PROFERIDA PELOS MINISTROS DO STF NO JULGAMENTO DO RE Nº 603.583.

Mas com o que o “Exame da Ordem” comportaria relação com a questão dos paralegais? É mister elucidarmos que o Exame da Ordem é justamente o maior entrave burocrático para que os bacharéis recém-formados não ingressem na sociedade com o *status* profissional e a *múnus* público de um administrador de “controvérsias e desajustes” do ser humano, sem o mínimo de conhecimento técnico necessário. Os dados estatísticos são baixíssimos<sup>11</sup>, existem candidatos que são aprovados somente após a 12ª. tentativa, mas isso se dá verdadeiramente a o quê? A proliferação das faculdades? O baixo nível do corpo discente que é fruto e refém de uma educação deficitária de base em nosso país? Exclusivamente do corpo docente? Ou devido à dificuldade técnica criada pelo Exame de Ordem?

Ora, o advogado, peça indispensável à administração da justiça, lida cotidianamente e costumeiramente com vidas, patrimônios de gerações, interesse de grandes corporações, com a liberdade e a dignidade do ser humano, e não poderia ser automaticamente autorizado e franqueado a entrada desses profissionais no mercado de trabalho, sem o mínimo necessário para defenderem os interesses da sociedade brasileira.

Desde que foi criado o Exame de Ordem, sempre houve inúmeras e homéricas polêmicas discussões travadas entre acadêmicos, profissionais de direito e a sociedade sobre a relevância ou a importância deste exame teórico-prático profissional.

Inúmeros mandados de segurança de forma incipiente foram se formando e se aglomerando no Brasil, desde a sua criação.

O princípio da igualdade, como exposto no capítulo anterior, mostra um dos principais problemas que são enfrentados pelos “dramas” de acadêmicos quintanistas e bacharéis recém-formados, já que em tese, com exceção do curso de contabilidade, nenhum outro Curso exige a prova preparatória para a vida profissional do candidato.

---

<sup>11</sup> CAPUCHINHO, Cristiane. ÚLTIMO SEGUNDO. **Exame da OAB reprova 82,5% dos candidatos inscritos em quatro anos.** Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-11-24/exame-da-oab-reprova-825-dos-candidatos-inscritos-em-quatro-anos.html>. Acesso em 22 jun. 2015 e GIESELER, Maurício. PORTAL EXAME DE ORDEM. **Exclusivo: Reprovação na 2ª. Fase do XV Exame de Ordem foi a pior entre edições mais recentes.** Disponível em: <http://blog.portalexamedeordem.com.br/blog/2015/02/exclusivo-reprovacao-na-2a-fase-do-xv-exame-de-ordem-foi-a-pior-comparada-com-as-edicoes-mais-recentes/>. Acesso em 22 ju. 2015.

Para tanto, devemos trazer à tona o Recurso Extraordinário<sup>12</sup> nº 603.583, do julgamento proposto no STF, na época, pelo bacharel de direito João Antonio Volante, ex-acadêmico da ULBRA<sup>13</sup> contra o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a União, como litisconsorte passiva.

O aluno-recorrente vislumbrava exercer a profissão de advogado, mas encontra-se óbice em razão da necessidade de ser aprovado no Exame da Ordem, que entende ser inconstitucional. Invocou em sua tese, violação à diversos princípios constitucionais, tais como presunção da inocência, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, direito à vida, a dignidade da pessoa humana, igualdade e por último a liberdade de ofício. Aventou em sua defesa, previsão constitucional do valor social do trabalho como fundamento da República e ao direito fundamental ao livre exercício de qualquer profissão. Disse que cabe ao poder Público autorizar e avaliar o ensino e não à OAB, que não faz parte da Administração Pública. Alegou mais a frente que a reserva legal constitucional é de natureza qualificada, sendo proibido ao legislador ordinário impor restrição ao exercício da profissão. Logo, o bacharel em Direito, que foi examinado e avaliado pela instituição credenciada pelo poder público, teria o direito de exercer a profissão de advogado. Sustentou ainda que a OAB teria condições de avaliar se o profissional é capaz ou não de advogar, onde a Lei 8.906/94 disciplina as sanções para os advogados. Elenca o artigo 205 da Carta Federal, que atribui à educação a missão nobre de qualificar para o trabalho. Afirma que o Conselho de Classe usurpa a competência legislativa federal prevista no inciso XVI do artigo 22<sup>14</sup> e a atribuição privativa do Presidente da República constante do artigo 84, inciso IV<sup>15</sup>, ambos da Lei Maior. Trouxe ainda outros argumentos, o que aqui não seria oportuno citá-los.

---

<sup>12</sup> Ementa - TRABALHO – OFÍCIO OU PROFISSÃO – EXERCÍCIO. Consoante disposto no inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal, “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. BACHARÉIS EM DIREITO – QUALIFICAÇÃO. Alcança-se a qualificação de bacharel em Direito mediante conclusão do curso respectivo e colação de grau. ADVOGADO – EXERCÍCIO PROFISSIONAL – EXAME DE ORDEM. O Exame de Ordem, inicialmente previsto no artigo 48, inciso III, da Lei nº 4.215/63 e hoje no artigo 84 da Lei nº 8.906/94, no que a atuação profissional repercute no campo de interesse de terceiros, mostra-se consentâneo com a Constituição Federal, que remete às qualificações previstas em lei. Considerações.

<sup>13</sup> Universidade Luterana do Brasil.

<sup>14</sup> Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

<sup>15</sup> Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

As razões esposados pelo Procurador Geral da República, através da ementa abaixo<sup>16</sup>, onde especificamente versa sobre a questão de liberdade de ofício, que seria o objeto de discussão do presente artigo, opinou favoravelmente ao recurso proposto, senão vejamos:

(...) A sujeição à fiscalização da OAB, com a possibilidade de interdição do exercício da profissão por inépcia (Lei nº 8.906/94, art. 34, XXIV c/c art. 37, § 3º), se mostra, dentro da conformação constitucional da liberdade de profissão, como uma medida restritiva suficiente para a salvaguarda dos direitos daqueles pelos quais se postula em juízo, até mesmo porque tal limitação se circunscreve ao exercício, sem qualquer reflexo sobre o direito de escolha da profissão. De qualquer modo, nada impede que a OAB atue em parceria com o MEC e com as IES, definindo uma modalidade mais direcionada de qualificação profissional que venha a ser atestada pelo diploma.

10. A exigência de aprovação no exame de ordem como restrição de acesso à profissão de advogado atinge o núcleo essencial do direito fundamental à liberdade de trabalho, ofício ou profissão, consagrado pelo inciso XIII, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988.

11. Parecer pelo parcial provimento do recurso extraordinário (...).

O relator Ministro Marco Aurélio de Mello, após o seu relatório e antes de dar o seu voto, apesar de ser demasiadamente extenso, foi extremamente oportuno e revelador, ressaltando historicamente o seguinte:

(...) Antes de prosseguir, revela-se oportuna breve nota sobre a relevância social do tema, recorrendo-se ao pano de fundo que envolve a questão do exame da Ordem. Sabemos que o Brasil já reconheceu o direito de postular em Juízo até mesmo a quem não ostentava o bacharelado em Direito, figuras denominadas **rábulas ou provisionados**. Assim o foi na época do Império e no início da República. A prerrogativa de credenciar advogados desprovidos do mencionado grau acadêmico, inicialmente conferida aos Tribunais, passou ao Instituto dos Advogados do Brasil e, posteriormente, à Ordem, até ser definitivamente extinta. A exigência da prova de suficiência técnica para a inscrição nos quadros da Ordem surgiu com a Lei nº 4.215/63. Com efeito, o artigo 48, inciso III, do referido Diploma instituiu o requisito de aprovação no exame ou comprovação do estágio forense para viabilizar o exercício da advocacia. Na regência da Lei nº 8.906/94, o bacharel em Direito podia optar entre o estágio profissional ou a submissão à prova de conhecimentos jurídicos, situação que perdurou provisoriamente até 1996. Eis o preceito respectivo:

---

<sup>16</sup> CONSTITUCIONAL. I — IRREGULAR DELEGAÇÃO À OAB DE PODER REGULAMENTAR PRIVATIVO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL INEXISTENTE. II — EXAME DE ORDEM. LEI Nº 8.906/94, ART. 8, IV. RESTRIÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL CONSAGRADO NO ART. 5º, XIII, DA CF DE 1988. LIBERDADE DE ESCOLHA E LIBERDADE DE EXERCÍCIO. LIMITAÇÃO DE ACESSO A OFÍCIO QUE SE PROJETA DIRETAMENTE SOBRE A LIBERDADE DE ESCOLHA DA PROFISSÃO. EXIGÊNCIA LEGAL QUE REFOGE À AUTORIZAÇÃO CONSTITUCIONAL E QUE NÃO SE REVELA COMPATÍVEL COM O POSTULADO DA CONCORDÂNCIA PRÁTICA, COM RECURSO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.

Art. 84. O estagiário, inscrito no respectivo quadro, fica dispensado do Exame de Ordem, desde que comprove, em até dois anos da promulgação desta lei, o exercício e resultado do estágio profissional ou a conclusão, com aproveitamento, do estágio de Prática Forense e Organização Judiciária, realizado junto à respectiva faculdade, na forma da legislação em vigor.

A partir do término de vigência do dispositivo, o exame tornou-se obrigatório para todos os egressos do curso de Direito, conforme revisão do artigo 8º, inciso IV e § 1º, da Lei nº 8.906/94. Constata-se, então, que a obrigatoriedade do exame é relativamente nova no ordenamento jurídico brasileiro – está em vigor há quinze anos –, muito embora o teste de conhecimentos já possua quarenta anos de existência. Cabe indagar: por que apenas recentemente o tema foi tomado de importância, a ponto de mobilizar mentes e corações a respeito da compatibilidade entre o exame e a Carta da República?

Segundo informações colhidas em material fornecido pelos interessados, entre os anos de 1997 e 2011, o número de cursos de Direito saltou de 200 para 1.100. A Ordem dos Advogados do Brasil, em memorial, noticiou que a República Federativa do Brasil possui quase quatro milhões de bacharéis em Direito. Em tese, com a declaração de inconstitucionalidade do exame da Ordem, todos estariam aptos ao exercício da advocacia, embora imperioso descontar os impedidos de fazê-lo, como os Juízes. O número parece excessivo frente a outras necessidades experimentadas pela sociedade brasileira, como a de médicos, engenheiros e demais profissionais técnicos, igualmente indispensáveis ao progresso do país. O crescimento exponencial dos bacharéis revela patologia denominada bacharelismo, assentado na crença de que o diploma de Direito dará um atestado de “pedigree social” ao respectivo portador, quem sabe fruto da percepção, talvez verdadeira em épocas passadas, de que os referidos profissionais são os protagonistas da ordem política brasileira. A defesa escora-se em problema fático: a proliferação de cursos de direito ocorrida no Brasil, nas últimas duas décadas, sem a observância do critério qualitativo, imprescindível à formação do bom profissional. Esses dados, apesar de alarmantes, não podem ser decisivos para o julgamento da causa. Isso porque cabe ao Tribunal Constitucional julgar sob o ângulo do Direito, atento à realidade social, não deixando prevalecer o pragmatismo sobre as razões propriamente jurídicas. Os argumentos extrajurídicos apresentados, conquanto importantes para a análise concernente à conveniência do exame sob o prisma legislativo, não foram decisivos para o convencimento, embora tenham sido sopesados ao longo deste processo. Atento, contudo, à relevância social do julgamento, cumprime trazê-los à balha para conhecimento dos eminentes pares. No mais, a permissividade com que se consegue abrir os cursos de Direito de baixo custo, porquanto restritos ao “cuspe e giz”, decorrente de uma ideologia fiada no adágio “quanto mais, melhor”, merece severas críticas. Vende-se o sonho e entrega-se o pesadelo: após cinco anos de faculdade, o bacharel se vê incapaz de ser aprovado no **exame de conhecimentos mínimos da Ordem**, condição imposta para que possa exercer a advocacia e, com esta, prover a própria subsistência. A alegria do momento transmuda-se em drama pessoal. A reflexão sobre essa realidade cabe não só ao Supremo, mas também à sociedade brasileira. (...) (nosso grifo).

No que tange exclusivamente a questão da liberdade de exercício profissional, o voto do Ministro relator é impecável, neste esteio:

(...) Há de entender-se a aprovação no exame, sem equívocos, um elemento que qualifica alguém para o exercício de determinada profissão. Qualificar-se não é apenas se submeter a sessões de ensino de teorias e técnicas de

determinado ramo do conhecimento, mas sujeitar-se ao teste relativamente à ciência adquirida. O argumento do recorrente não se sustenta: se o exame da Ordem “não qualifica”, também não teriam o mesmo efeito as provas aplicadas pelas próprias universidades, as quais são condições essenciais à obtenção do bacharelado. Também elas seriam inconstitucionais? A resposta é desenganadamente negativa. **O exame da Ordem serve perfeitamente ao propósito de avaliar se estão presentes as condições mínimas para o exercício escorreito da advocacia, almejando-se sempre oferecer à coletividade profissionais razoavelmente capacitados.** (nosso grifo)

Igualmente, no Recurso Extraordinário nº 414.426/SC, consignou a ex-Ministra Ellen Gracie:

O exercício profissional só está sujeito a limitações estabelecidas por lei e que tenham por finalidade preservar a sociedade contra danos provocados pelo mau exercício de atividades para as quais sejam **indispensáveis conhecimentos técnicos ou científicos avançados.** (grifo nosso)

O Ministro Ayres de Britto também trouxe sua parcela de contribuição quando relembrou aos seus pares:

E aqui o Ministro Marco Aurélio deixou também magnificamente claro, magistralmente claro, que o **livre exercício de qualquer trabalho** - também disse, com todas as letras, o constitucionalista admirável Luis Roberto Barroso - **diz respeito a uma escolha, a uma preferência, a uma opção por qualquer ofício, profissão ou trabalho.**

(...) Agora, vem a segunda parte, que funciona como anteparo social, como salvaguarda social, como um antídoto social, digamos, um antídoto até mesmo contra o mercantilismo reconhecido de muitas escolas de formação de bacharéis e, até mesmo, de universidades. **Para se fazer jus ao título, ao diploma, ao grau de bacharel faz-se um vestibular e faz-se também um curso visando ao bacharelado.** Agora, para obter esse *plus*, disse bem o Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, **do exercício profissional é preciso fazer o exame de Ordem** (...). (nosso grifo)

Para concluir o raciocínio acima exposto, é oportuno invocar as palavras do Ministro Celso de Mello<sup>17</sup>, naquele julgamento, quando se referindo à legitimidade constitucional do exame da ordem afirmou que:

(...) É “plenamente justificada”, principalmente por razões de interesse social. (...) os direitos e garantias individuais e coletivas poderão resultar frustrados se for permitido que pessoas **“despojadas de qualificação profissional” e “destituídas de aptidão técnica”** que são requisitos “aferíveis, objetivamente pela prova de suficiência ministrada pela Ordem dos Advogados do Brasil exerçam a advocacia”. (grifo nosso)

---

<sup>17</sup> BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF considera constitucional exame da OAB.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=192411>>. Acesso em 22 jun. 2015.

Será que por analogia, poderíamos dizer que quando o Ministro Celso de Mello faz referência às pessoas “despojadas de qualificação profissional” e “destituídas de aptidão técnica” não poderíamos nesta mesma esteira de raciocínio estar inserindo a neófito figura do “paralegal” como forma de fundamentação e respaldo para a não aprovação desta lei?

Veremos a seguir o conceito de paralegal, o conteúdo do projeto de lei e a grande polêmica que gira em torno dessa nova proposição legislativa ofertada pelo deputado carioca.

#### 4. DA POLÊMICA CRIAÇÃO DA ATIVIDADE DO “PARALEGAL”

Como definir um “paralegal<sup>18</sup>”? Seria um técnico judiciário? Um analista judiciário? Um acadêmico de direito? Um bacharel não aprovado pelo exame da OAB ou não aprovado em nenhuma carreira de concurso público? Deveria ser uma função autônoma ou vinculada à OAB? O paralegal é realmente necessário aos advogados?

Um emaranhado de dúvidas que ficam sem respostas neste momento em que o projeto está na mesa do Senado para votação, aguardando pauta para o mesmo.

No Canadá, por exemplo, os paralegais e advogados são regulados e devidamente licenciados, com a diferença que os paralegais lá só podem prestar serviços jurídicos à sociedade em causas de tribunais de nível inferior ou em tribunais administrativos. Existem muitos advogados que entendem que a função do paralegal “de fato” e não de direito (ainda), é essencial aos escritórios de advocacia ou outros setores que envolvam o direito, como por exemplo, o setor imobiliário.

E se a função do paralegal, aqui entendida como atividade-meio, só exigisse um segundo grau completo, um curso técnico de formação, ou um tecnólogo, servindo de alicerce e auxílio aos advogados? Cargas e controle de processos, pesquisa de leis, doutrinas e jurisprudência, deixando as atividades-fim, mais específicas e mais intelectuais aos advogados, tais como redigir petições, atendimento de clientes, diligências à gabinetes de magistrados e membros do Ministério Público, realização de audiências e sustentação em tribunais superiores.

---

<sup>18</sup> **Paralegal** é um profissional treinado em questões legais que executa tarefas que requerem algum conhecimento da legislação e dos procedimentos legais. *In* WIKIPEDIA. **Paralegal**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Paralegal>>. Acesso em 22 jun 2015.

Todavia, tal projeto de lei proposto, quer “institucionalizar” a figura do paralegal, estabelecendo os requisitos necessários à inscrição da OAB sob essa designação.<sup>19</sup>

Propõe o citado projeto de lei brasileiro, em seu artigo 2º que:

O estagiário de advocacia e o paralegal, regularmente inscritos podem praticar os atos previstos no artigo 1º<sup>20</sup>, na forma do regimento interno geral, em conjunto com advogados e sob responsabilidade deste.

Ora a justificativa de tal projeto proposta pelo Deputado Sérgio Zveiter dizia o seguinte:” (...) Para tanto, confere-se a ele a possibilidade de se inscrever como paralegal, com direitos, prerrogativas e deveres, **semelhantes ao do estagiário de direito**, exceto que tal inscrição não seria limitada no tempo”. Mas qual seria o intento e a verdadeira vantagem de ter as prerrogativas de um estagiário<sup>21</sup> que é hierarquicamente inferior a um bacharel que já possui para si, todo o conhecimento mínimo técnico, jurídico e profissional, em sendo aprovado no exame de Ordem, para se habilitar como advogado. Cabe ainda ressaltar, que um estagiário, devidamente inscrito nos quadros da seccional OAB, têm muito mais direitos e prerrogativas que um frágil “paralegal”, tais como “carga de processo” e alguns atos dentro do processo, que o paralegal em tese, não poderia fazer.

E como funcionaria essa responsabilização a que se refere o artigo 2º, *in fine*, do citado projeto? Um advogado seria inteiramente responsabilizado pela má gerência, pela inépcia, imperícia do paralegal dentro de um processo ou pela perda de uma chance de um cliente? Seriam solidários? Ou a Firma seria responsável objetivamente pelo ato ilícito gerado por um paralegal?

---

<sup>19</sup> Vide artigo 1º do PLC nº 5.749/2013.

<sup>20</sup> Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

I - a postulação a ~~qualquer~~ órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais; (Vide ADIN 1.127-8)

II - as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

§ 1º Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.

§ 2º Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados.

§ 3º É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.

<sup>21</sup> Podemos estar nos referindo à um estagiário de 1º ano, ou ainda do 1º período ou semestre do curso de Direito, dependendo da grade curricular da Instituição de Ensino Superior.

É mister salientar que existia no Senado Federal, outro projeto de Lei que foi arquivado pelo seu próprio criador<sup>22</sup> (PLS nº 232/2014) que rezava que o bacharel em Direito, independente de aprovação do Exame da Ordem, poderia exercer algumas funções do advogado, recebendo honorários advocatícios pelos serviços jurídicos e até teria a opção de integrar sociedade de advogados. Vendo a semelhança dos dois projetos de lei o Senador Marcelo Crivella entendeu por bem pedir o arquivamento do próprio projeto de lei.

Mas como definiríamos o termo ou a função do paralegal? A ABA<sup>23</sup> definiu o paralegal como

(...) Uma pessoa qualificada pela educação, treinamento ou experiência de trabalho, que é empregada por advogado, escritório de advocacia, empresa, agência governamental ou outra entidade e que desempenha trabalho jurídico pelo qual um advogado é responsável<sup>24</sup>.

Nos Estados Unidos, não há necessidade de uma graduação no Curso regular de Direito, ainda que fosse altamente recomendável.

Diz o citado projeto de lei<sup>25</sup> que o paralegal aprovado poderia exercer tal “profissão” por período indeterminado, após a conclusão do curso. Já a Câmara dos Deputados sugeriu que fosse limitado à 03 (três) anos no máximo de profissão, ou até que o candidato ao Exame de Ordem fosse aprovado. O autor de tal projeto, deputado Sérgio Zveiter disse que a Câmara dos Deputados, infelizmente, alterou o período por pressão da OAB Federal. Mas exercer a profissão de paralegal *ad eternum*, a quem interessa?

---

<sup>22</sup> O senador e ex-candidato ao governo do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (PRB-RJ), pediu a retirada definitiva de outra proposta, de sua autoria, já que o PLC nº 5.479/2013 do Deputado Federal Sérgio Zveiter tratava da mesma matéria.

<sup>23</sup> American Bar Association, que é correspondente à Ordem dos Advogados aqui do Brasil.

<sup>24</sup> FERRACIOLI, Paulo. GAZETA DO POVO. Justiça e Direito. **O criticado nascimento do paralegal**. 22 de agosto de 2014. Ano 3, nº 121, p. 6-7.

<sup>25</sup> Art. 9º-B

(...)

I – capacidade civil;

II – diploma ou certidão de graduação em direito, obtido em instituição de ensino oficialmente autorizada e credenciada;

III – título de eleitor e quitação do serviço militar, se brasileiro;

IV – não exercer atividade incompatível com a advocacia;

V – idoneidade moral;

VI – prestar compromisso perante o Conselho.

§1º A inscrição do paralegal deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende o interessado estabelecer o seu domicílio profissional.

§2º. A inscrição como paralegal será deferida por tempo indeterminado, sendo automaticamente cancelada em caso de obtenção de inscrição como advogado.

Existem opiniões de congressistas, tais como o deputado Esperidião Amin (PP-SC) que se abstém<sup>26</sup> de tecer opiniões, dentre elas, favoráveis<sup>27</sup> ou contras<sup>28 29</sup>, duas correntes que se colidem nessa discussão polemizada.

No entender do vice-presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia<sup>30</sup>, o texto seria inconstitucional, em suas palavras reiterou:

É um absurdo legislativo, um passo atrás para a qualificação da carreira jurídica no Brasil. O Conselho Federal da OAB, com o apoio das seccionais, mobilizará os deputados e senadores pela rejeição do projeto.

---

<sup>26</sup> GONÇALVES, Carolina. EXAME ABRIL. **Câmara aprova profissão de paralegal a não aprovados na OAB.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/camara-aprova-profissao-de-paralegal-a-nao-aprovados-na-oab>> Acesso em: 17 jun. 2015. Esperidião Amim diz: “Quem é contra o exame da Ordem não pode concordar com o apaziguamento desse limbo social que foi criado no Brasil. É um exame cartorial de interesse financeiros. Para não criar problemas, vou me abster, mas deixo claro que, no futuro, nós vamos enfrentar uma discussão verdadeira entre admitir ou não o Exame de Ordem”.

<sup>27</sup> Idem, Ibidem. O relator da matéria, deputado Fabio Trad (PMDB-MT) explicitou: “O paralegal, em síntese, é alguém que, não sendo advogado, auxilia e assessora advogados, realizando funções paralelas e de grande importância para o sucesso do escritório de advocacia. Como é evidente, eles não podem exercer sozinhos atividades típicas de um advogado, como dar consultas ou assinar petições aos tribunais”.

<sup>28</sup> GASPARINI, Cláudia. EXAME ABRIL. **Os 2 lados da polêmica sobre a nova profissão de paralegal.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/os-dois-lados-da-polemica-sobre-a-profissao-de-paralegal>>. Acesso em 17 jun. 2015. O Presidente da OAB Federal Dr. Marcus Vinícius Furtado Coelho, que é contra a aprovação de tal lei, afirmou: “O paralegal é um advogado parcial, que acabaria sendo levado a uma situação precária”. (...) “Não podem existir cidadãos, e nem advogados, de primeira ou de segunda linha” (...) “Como determinar qual dos dois vai cuidar de um atendimento ou outro? Não existe uma causa mais ou menos importante do que outra”. (...) “é um desestímulo ao estudo”. “É só uma forma de acomodar quem não passa no Exame da Ordem”. (...) Depõe ainda o presidente da OAB: “Quem não é aprovado precisa estudar mais, e não há limite para tentativas”. E finaliza: “O projeto de lei é só um ‘jeitinho’ para acomodar uma situação grave causada pela multiplicação desenfreada dos cursos de Direito”. Fábio Salomon, que também é contra tal PL, ponderou: “Há uma perda moral para quem é aprovado no Exame da Ordem, ao mesmo tempo em que o jovem é desestimulado a buscar a habilitação”.

<sup>29</sup> RIBEIRO, José Horácio Halfeld Rezende. IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo. **O polêmico Projeto de Lei 5.749/2013.** Disponível em: <<http://www.iasp.org.br/2014/10/o-polemico-projeto-de-lei-5-4792013/>>. Acesso em 22 jun. 2015. O presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), especialista em responsabilidade civil, contratos e processo civil, professor da FGV Online criticou os argumentos do deputado, mentor do projeto, afirmando: “Não temos, nem por experiência e nem por cultura, no Brasil, e a preocupação que notamos é que a justificativa do Projeto de Lei é a de que existem mais de cinco milhões de bacharéis que foram reprovados no exame de ordem e isso tem um clamor social e por essa razão deveriam ter algum tipo de espaço no mercado. Isso só mostra como se está acomodando pessoas que foram reprovadas no exame de ordem e dando um prêmio de consolação sem nenhum tipo de estruturação para isso”. E mais a frente ressaltou a necessidade do exame de ordem: “(...) É a garantia que se dá ao cidadão de uma qualificação mínima para que o direito dele possa ser bem atendido.”

<sup>30</sup> CONJUR. **Senador extingue projeto que visava regulamentar atividade de paralegal.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-09/senador-extingue-projeto-visava-regulamentar-atividade-paralegal>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

Em resposta ao depoimento do Presidente da OAB Federal, o deputado Sérgio Zveiter, criador de tal projeto de lei, respondeu que: “É uma experiência que já deu certo em muitos outros países e pode ser boa para nós”<sup>31</sup>. Ademais, sustentou, que tal medida seria uma solução para “retirar do limbo” um sem número de bacharéis<sup>32</sup> sem *status* profissional no país. E mais a frente completou: “Há um sem número de profissionais formados em Direito que desejam seguir carreiras alternativas à de advogado, como delegado por exemplo”<sup>33</sup>, afirmando que seria uma profissão muito útil para os escritórios de advocacia. Mas e os estagiários, acadêmicos que pela legislação do estágio, só poderiam estagiar, em tese, por no máximo 6 horas diárias, não poderia estar perdendo “mercado de aprendizado”, para paralegais que poderiam trabalhar muito mais, tomando o lugar dos mesmos, e até por questões de remuneração.

O ora deputado ainda faz comparações com países como os EUA e o Canadá. Com a devida vênia, a função do paralegal nos Estados Unidos apesar de ser semelhante a do Brasil, é totalmente divergente no sentido técnico. Primeiramente que não se necessita formação em um Curso Superior de Direito para ser paralegal. Segundo, que países tais como EUA, Canadá Reino Unido, Japão é possível a matrícula em cursos de menor extensão, permitindo que os mesmos exerçam algumas funções de assessoramento jurídico<sup>34</sup>.

Se olharmos países como a Alemanha<sup>35</sup>, por exemplo, se o bacharel em direito e candidato a advogado for reprovado por mais de 02 (duas) vezes no exame de ordem similar ao nosso, nunca mais poderá exercer a advocacia, ao contrário do Brasil, que se pode exercer a prova ao menos 03 (três) vezes por ano indefinidamente. Sem falar naquele aluno outrora que já fez o Exame de Ordem por 12 (doze) vezes. A prova tem caráter classificatório e não eliminatório. Mas como um dos parlamentares, disse

---

<sup>31</sup> Cf. GASPARINI, Cláudia, Op. Cit. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/os-dois-lados-da-polemica-sobre-a-profissao-de-paralegal>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

<sup>32</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Direito e Justiça. **Câmara regulamenta profissão de paralegal para bacharéis em Direito.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/472505-CAMARA-REGULAMENTA-PROFISSAO-DE-PARALEGAL-PARA-BACHAREIS-EM-DIREITO.html>>. Acesso em 22 jun. 2015. “A estimativa do deputado é de que 5 milhões de bacharéis estejam no que ele chamou de “limbo profissional” por não terem registro como advogados”.

<sup>33</sup> Cf. GASPARINI. Op. cit.

<sup>34</sup> KANAYAMA, Rodrigo Luís; ROBL FILHO, Ilton Norberto e TOMIO, Frabício Ricardo de Limas. GAZETA DO POVO. Justiça e Direito. **Vamos debater a educação jurídica e, por consequência, os paralegais.** 29/08/2014, Ano 3, nº 122, p. 10.

<sup>35</sup> Op. Cit. Cf. Kanayama, Robl Filho e Tomio, essas chances em alguns países são extremamente reduzidas, *In* “ (...) Na Alemanha, por exemplo, ocorre o Exame de Estado. Trata-se de uma única avaliação para todas as carreiras jurídicas (advocacia, magistratura, Ministério Público, etc.) Em caso de duas reprovações no Exame de Estado, o bacharel nunca mais pode refazer a avaliação.”

anteriormente, a discussão ainda renderá muitos frutos e certamente o Exame da Ordem será palco para alvos e críticas por esse contingente de insatisfeitos diante da atual situação em que se encontram sem definição profissional.

Eduardo Couture já assinalou que a advocacia é um eterno estudar, elencou como seu primeiro mandamento “ESTUDA - O Direito se transforma constantemente. Se não seguires seus passos, serás a cada dia um pouco menos advogado”<sup>36</sup>. Assim, possivelmente seria preferível que os exames fossem periódicos aos advogados já habilitados, a facilitar a entrada de profissionais não habilitados no mercado de trabalho que demanda tamanha capacitação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um país como o Brasil, com tanta miséria e pobreza, nossos parlamentares se dão o trabalho de criar leis e projetos de leis somente para atravancar a pauta do Congresso e por consequência o progresso do país. Ao invés de votarem e proporem uma lei que realmente beneficiasse e preocupasse com o destino da nação e da educação no nosso país, se prestam em criar leis inúteis, desnecessárias e até aberrativas, gerando uma inflação legislativa, como é o caso do presente projeto de lei. Uma nação não se governa com quantidade de leis. O Brasil é um dos países mais legiferantes do mundo, e qual seria a sua verdadeira eficácia? O que realmente funciona e se extrai de bom desse cipoal legislativo? Criar uma lei-remendo que temporariamente iria solucionar a situação de tais bacharéis em direito, causando um maior desemprego, devido à nova categoria profissional de rábulas<sup>37</sup>, ou ainda notáveis paralegais, tais como Erin Brokovich, que deu origem ao filme de longa metragem interpretado por Julia Roberts.

Conforme dito outrora, como ficaria a ética profissional do advogado? Tal citado paralegal responderia por alguma responsabilização nas esferas administrativas, civil e criminal? Ademais, será realmente que o bacharel em direito deve obrigatoriamente ser um advogado ou prestar concurso público para juiz, promotor de

---

<sup>36</sup> COUTURE, Eduardo Juan. **Os mandamentos do advogado**. Editora Sergio Fabris. 3ª. Ed., Brasília, 1999.

<sup>37</sup> MICHAELIS. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=r%E1bula>>. Acesso em: 19 jun. 2015. “rábula rá.bu.la *sm* (*lat rabula*) **1** Advogado chicanero, que embaraça as questões com os artifícios que a lei lhe faculta. **2** Aquele que advoga sem ser diplomado. **3** Indivíduo que fala muito, sem chegar a conclusão nenhuma. *sf gir* Papel de ator teatral, curto e sem maior destaque; ponta”.

justiça, defensor público, delegado, procurador ou afins? Não existem outras áreas em que um bacharel possa trabalhar? Ele não poderia trabalhar como consultor jurídico, prestar assessoria jurídica-legal, ser um gerenciador ou angariador de negócios jurídicos? Porque após a edição da Emenda Constitucional nº 45/2004<sup>38</sup>, criou-se o instituto da quarentena, fazendo com que os “concurseiros” de carreira, se frustrassem, tendo que passar por um trampolim ou um rito de passagem profissional de 03 (três) anos de advocacia e ter que exercerem a “amarga” função de advogado, mesmo a contragosto de seus interesses?

De mais a mais, cita-se a justificativa do deputado, criador de tal projeto que narra:

Após dedicarem cinco anos de suas vidas, com grande investimento pessoal e financeiro, descobrem-se vítimas de verdadeiro estelionato educacional. A reprovação do exame de ordem mostra que, mesmo após tanto esforço, a faculdade não lhes forneceu o necessário conhecimento para o exercício da advocacia.

Mas esses supostos 05 (cinco) milhões de brasileiros que se encontram nesse “limbo” profissional retrocitado pelo nobre parlamentar seria realmente uma verdadeira surpresa aos mesmos? Quando tais alunos, com a devida vênua, no afã de “pendurar” um diploma de bacharel na parede, e que “empurram o Curso de Direito com a barriga”, e levam seus estudos com a mediocridade necessária, numa mistura de desinteresse e interesses obscuros dentro daqueles 05 (cinco) anos acadêmicos nas respectivas faculdades e universidades, se trataria de fato de um crime de “estelionato”, o que as faculdades fizeram com o alunado? Seria integralmente culpa e responsabilidade das Instituições a não aprovação do aluno no Exame de Ordem? As faculdades de direito são realmente qualificadas para estarem funcionando? Como foi o processo de autorização, reconhecimento e credenciamento das mesmas? Como o Ministério da Educação fiscaliza tais instituições? O ENADE<sup>39</sup> seria suficiente? Qual é atualmente o

---

<sup>38</sup> Última Reforma do Judiciário, vide BRASIL. Constituição Federal da República de 1988. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.** <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm)>. Acesso em 25 jun. 2015.

<sup>39</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Conceito Enade. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/conceito-enade>>. Acesso em 22 jun. 2015. Conceito de Enade: “(...) é um indicador de qualidade que avalia o desempenho dos estudantes a partir dos resultados obtidos no Enade. Ele é divulgado anualmente para os cursos que tiveram estudantes concluintes participantes do Enade. O seu cálculo, no entanto, não é necessariamente realizado por curso, mas por Unidade de Observação. A

critério dos vestibulares adotado pelas faculdades e universidades de direito? Qual o papel da OAB nesse cenário educacional jurídico?

Estaria se criando uma nova categoria profissional, de quase-advogados, advogados de 2ª. Linha, sub-advogados, auxiliares administrativos, analistas judiciários? Técnicos legais? “Paralegais”... Quais seriam realmente o desiderato de criar-se tal malfadado projeto? Criar-se uma “nova categoria profissional” para recolher valores vultuosos desses profissionais que se encontram num “limbo jurídico”<sup>40</sup>? Teríamos mais a frente um Exame de Ordem para “paralegais”?

Tal ensaio acadêmico teve o objetivo de elucidar que não se conserta um problema, criando tantos outros. Deve-se analisar de fato o nosso sistema educacional, a qualidade do corpo docente das instituições de ensino superior, a infra-estrutura das centenas de faculdades que se proliferam dentro do universo acadêmico brasileiro a fim de que tais erros não se repitam com medidas paliativas e indigestas à essa parcela que se diz “marginalizada” da sociedade.

A ausência de uma sólida formação jurídica dos bacharéis em face do exame de ordem no Brasil incita uma crise de grandes proporções envolvendo os cursos jurídicos e o exercício da advocacia, que tem no exame de ordem a questão fulcral dos debates, hodiernamente. Não se acredita que o status “paralegal” para os bacharéis em direito sirva para sanar um problema que não possui origem legislativa. Pretende-se criar um prêmio de consolação para os reprovados no exame de ordem da OAB?

A crise do ensino jurídico no Brasil é apenas uma interface de um problema maior que envolve as diversas instâncias do ensino superior. E, certamente, não é o exame de ordem o vilão nem o garantidor de que os bacharéis de direito aprovados em seus certames sejam capazes do melhor e mais refinado exercício profissional.

Desde que se começou a ensinar Direito no Brasil que o ensino jurídico encontra problemas.

Não se pretende sanar o tema nestas breves páginas. Mesmo porque, o Projeto de Lei nº 5.479/13 trás à baila, subliminarmente, uma tensão dicotômica entre a qualidade de um decrépito ensino jurídico no Brasil e as complexas demandas que pressionam o saber jurídico dos advogados diante do emaranhado legal, às vezes, até

---

Unidade de Observação consiste no conjunto de cursos que compõe uma área de enquadramento específica do Enade de uma Instituição de Educação Superior em um determinado município.

<sup>40</sup> 05 (cinco) milhões de bacharéis atualmente.

antinômico dentro de um universo jurídico, extremamente, positivista como se a letra da lei fosse o bálsamo lenitivo para todos os males. Ledo engano!

Tem-se por certo, que o exame de ordem da OAB não garante a melhoria do ensino jurídico no Brasil, mesmo porque, não é esse seu desiderato especializado. Muito menos, afiança que aqueles aprovados sejam os melhores profissionais sobre todos os aspectos que estarão chegando ao mercado de trabalho. Por outro lado, o referido projeto de lei, ressalte-se não resolve, não resolverá nem amenizará a crise instalada no processo de transição entre a faculdade de direito e o exercício da advocacia.

A questão central estar em se ter os melhores centros acadêmicos formando cidadãos críticos preparados para o exercício profissional com competência.

O curso de direito não pode ser tratado como um consórcio, no qual o pagamento de cinco anos de mensalidades e de suposto aprendizado concede um título acadêmico que habilita o indivíduo a exercer a famigerada função essencial à justiça reservada constitucionalmente ao advogado.

Portanto, o Exame de Ordem vem sendo sem dúvida uma grande vitória para o mundo jurídico-acadêmico, que vem recuperado, ou pelo menos despendido maiores esforços, na busca de um ensino de qualidade! Os louros desta vitória certamente são colhidos pela sociedade que pode se sentir segura e protegida por uma categoria realmente “certificada” de profissionais que foram avaliados de forma uniforme e habilitados ao exercício de tão nobre profissão, mediante o seguinte compromisso:

Prometo exercer a advocacia com dignidade e independência, observar a ética, os deveres e prerrogativas profissionais e defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático, os direitos humanos, a justiça social, a boa aplicação das leis, a rápida administração da justiça e o aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.<sup>41</sup>

## 6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio. **Elementos do Direito – Ética Profissional**. Premier Máxima Editora, 2ª. Edição, 2007, São Paulo.

---

<sup>41</sup> Compromisso Legal do Advogado da OAB.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Direito e Justiça. **Câmara regulamenta profissão de paralegal para bacharéis em Direito.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/472505-CAMARA-REGULAMENTA-PROFISSAO-DE-PARALEGAL-PARA-BACHAREIS-EM-DIREITO.html>>. Acesso em 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA DE 1988. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.** <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm)>. Acesso em 25 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Conceito Enade.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/conceito-enade>>. Acesso em 22 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF considera constitucional exame da OAB.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=192411>>. Acesso em 22 jun. 2015.

CAPUCHINHO, Cristiane. **ÚLTIMO SEGUNDO. Exame da OAB reprova 82,5% dos candidatos inscritos em quatro anos.** Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-11-24/exame-da-oab-reprova-825-dos-candidatos-inscritos-em-quatro-anos.html>>. Acesso em 22 jun. 2015.

CONJUR – Consultor Jurídico. **Senador extingue projeto que visava regulamentar atividade de paralegal.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-09/senador-extingue-projeto-visava-regulamentar-atividade-paralegal>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

COUTURE, Eduardo Juan. **Os mandamentos do advogado.** Editora Sergio Fabris. 3ª. Ed., Brasília, 1999.

FERRACIOLI, Paulo. GAZETA DO POVO. Justiça e Direito. **O criticado nascimento do paralegal.** 22 de agosto de 2014. Ano 3, nº 121, p. 6-7.

GASPARINI, Cláudia. EXAME ABRIL. **Os 2 lados da polêmica sobre a nova profissão de paralegal.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/os-dois-lados-da-polemica-sobre-a-profissao-de-paralegal>>. Acesso em 17 jun. 2015

GIESELER, Maurício. PORTAL EXAME DE ORDEM. **Exclusivo: Reprovação na 2ª. Fase do XV Exame de Ordem foi a pior entre edições mais recentes.** Disponível em: <<http://blog.portalexamedeordem.com.br/blog/2015/02/exclusivo-reprovacao-na-2a-fase-do-xv-exame-de-ordem-foi-a-pior-comparada-com-as-edicoes-mais-recentes/>>. Acesso em 22 ju. 2015.

KANAYAMA, Rodrigo Luís; ROBL FILHO, Ilton Norberto e TOMIO, Frabício Ricardo de Limas. GAZETA DO POVO. Justiça e Direito. **Vamos debater a educação jurídica e, por consequência , os paralegais.** 29/08/2014, Ano 3, nº 122, p. 10.

MICHAELIS. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=r%E1bula>>. Acesso em: 19 jun. 2015

PAGAN, Marcos. **Coleção Concursos Jurídicos – Ética Profissional**. Editora Atlas, Volume 21, 2010, São Paulo.

RIBEIRO, José Horácio Halfeld Rezende. IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo. **O polêmico Projeto de Lei 5.479/2013**. Disponível em: <<http://www.iasp.org.br/2014/10/o-polemico-projeto-de-lei-5-4792013/>>. Acesso em 22 jun. 2015

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 9ª. Edição revista e ampliada, Editora Atlas, São Paulo, 2010.

SOUZA, Josyanne Nazareth de Souza e COLNAGO, Rodrigo. **Ética Profissional e da advocacia**. Editora Saraiva, 2ª. Edição, 2010, São Paulo.

WIKIPEDIA. **Paralegal**. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Paralegal>>. Acesso em 22 jun 2015.